



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 715/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 2289/2013 (12 volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anuais.

**3- Órgão:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS.

**4- Responsáveis:** Sra. Nádia Cristina D'ávila Ferreira, Secretária de Estado no período de 1/1/2012 a 31/12/2012; Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva, Secretária Executiva e ordenadora de despesa, de 1/1/2012 a 1/4/2012 e Sra. Kamila Botelho do Amaral, Secretária Executiva e ordenadora de despesa, de 2/4/2012 a 31/12/2012.

**5- Unidade Técnica:** DICAD – Informação Conclusiva nº 64/2015 (fls. 2316/2326).

**6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 957/2014–MP–RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 2327).

**7- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anuais. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS. Exercício de 2012.

*Contas Regulares com Ressalvas. Quitação. Determinações às responsáveis. Encaminhamento. Determinação à próxima comissão de inspeção.*

**8- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**8.1- Julgar REGULAR, COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade da Sra. **Nádia Cristina D'ávila Ferreira**, Secretária de Estado no período de 1/1/2012 a 31/12/2012, e Sra. **Ruth Lilian Rodrigues da Silva**, Secretária Executiva e ordenadora de despesa, de 1/1/2012 a 1/4/2012; e Sra. **Kamila Botelho do Amaral**, Secretária Executiva e ordenadora de despesa, de 2/4/2012 a 31/12/2012, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

**8.2- DAR QUITAÇÃO** às responsáveis, Sra. **Nádia Cristina D'ávila Ferreira**, Secretária de Estado no período de 1/1/2012 a 31/12/2012, e Sra. **Ruth Lilian Rodrigues da Silva**, Secretária Executiva e ordenadora de despesa, de 1/1/2012 a 1/4/2012; e Sra. **Kamila Botelho do Amaral**, Secretária Executiva e ordenadora de despesa, de 2/4/2012 a 31/12/2012, conforme determinação do art. 23, da Lei n.º 2.423/1996 c/c art. 189, inciso I, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

**8.3- Fazer as seguintes determinações às responsáveis** e à atual gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:

**8.3.1-** Observe com maior rigor as regras previstas na Lei n.º 8.666/1993, sobretudo no que diz respeito a proibição de fracionamento de despesas;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 715/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**8.3.2-** Apenas deflagrem processo de adiantamento para realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação (art. 68 e 69, da Lei Federal n.º 4.320/1964), amplamente justificado e com o devido processo de prestação de contas instruído com os elementos comprobatórios da efetivação das despesas (Notas fiscais atestadas, comprovante de deslocamento, quando for o caso, etc.);

**8.3.3-** Observem com maior rigor todas as formalidades referentes à realização das despesas previstas nos arts. 60 a 65, da Lei Federal n.º 4.320/1964;

**8.3.4-** Aprimorem a sistemática de aquisição de materiais de expediente da secretaria, planejando as compras de acordo com o disponível em estoque;

**8.3.5-** Nas próximas prestações de contas encaminhem os extratos bancários que, porventura, derem origem aos lançamentos contábeis em possíveis procedimentos de regularização;

**8.4- Encaminhar** cópia do Relatório Conclusivo de Auditoria Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas (1.574/1.675) e da Informação n.º 03/2014 – DEAMB (fls. 1.659/1.664) ao atual gestor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, para que adote as medidas recomendadas pelo órgão técnico para o aperfeiçoamento da política ambiental;

**8.5- Encaminhar** cópia do Relatório Conclusivo n.º 95/2013 – DICAD/AM (fls. 1.551/1.1.570) ao DEATV, de maneira que os achados no campo dos convênios possam ser processados em autos independentes, adotando as providências necessárias ao cumprimento de tal objetivo;

**8.6- Determinar à próxima Comissão de Inspeção** que, no ato da futura auditoria nas contas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996.

**9- Ata:** 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 23 de Agosto de 2016.

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**11.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral